TL21

SOU TIMORENSE

TESTEMUNHOS DE TIMOR-LESTE

'Sou timorense'

Testemunhos de Timor-Leste

- Reunidos por iniciativa dos encontros europeus:

  'Consulta Cristã sobre Timor-Leste'

- Publicados por:

  — A Paz é possível em Timor-Leste (Portugal)
  — Action des Chrétiens pour l'Abolition de la Torture (ACAT Internacional)
  — Association de Solidarité avec le Timor Oriental (França)
  — Catholic Institute for International Relations — CIIR (Grã-Bretanha)
  — Commission Justice et Paix (Bélgica)
  — Commission Justice et Paix (França)
  — Commissie Justitia et Pax (Holanda)
  — Conselho Português de Igrejas Cristãs — COPIC (Portugal)
  — Komissie Rechtvaardigheid en Vrede (Bélgica)
  — Mouvement Chrétien pour la Paix (Internacional)
  — Pax Christi International (Bélgica)
  — Service International des Droits de l'Homme (Suiça)

- Edição inglesa:

  CIIR
  22 Coleman Fields
  London N1 7AF (United Kingdom)

- Edições francesa e portuguesa:

  A Paz é possível em Timor-Leste
  Rua de Campolide, 215 - 4.º D
  1000 Lisboa (Portugal)

Fotografias de ELAINE BRIÈRE

Impressão por Gamatipo, Artes Gráficas, Lda. — Março 1990

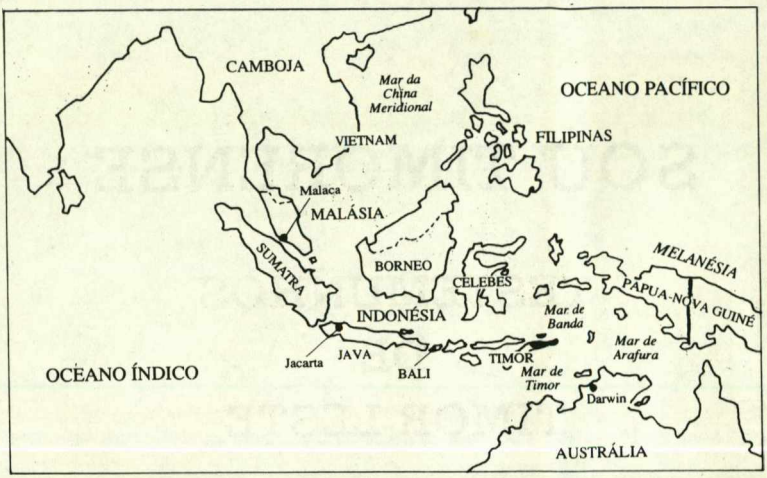
TL21 300

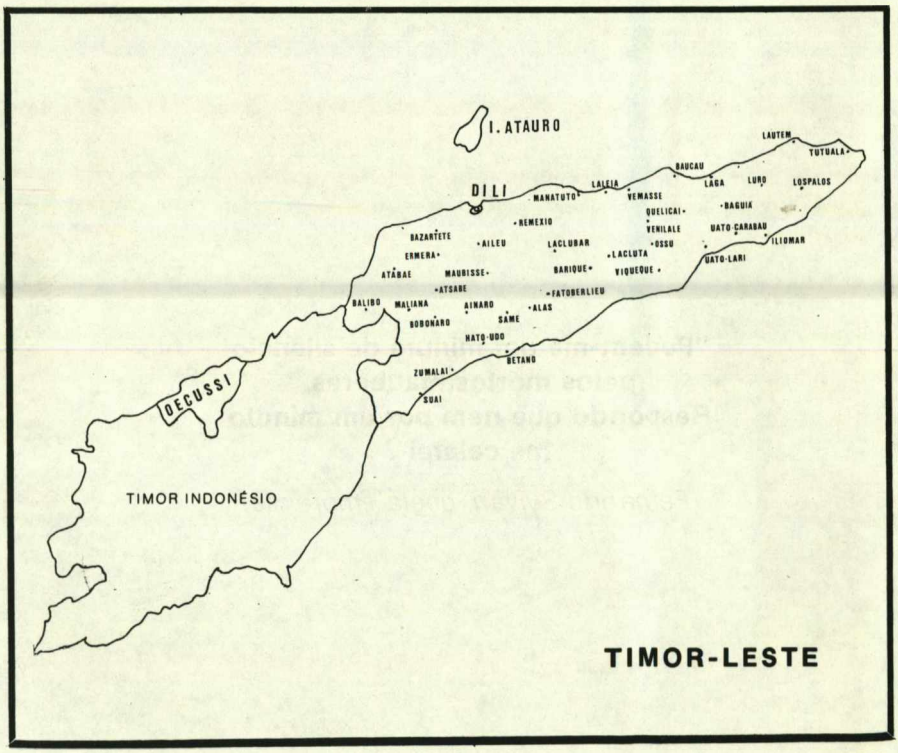
SOU TIMORENSE

TESTEMUNHOS DE TIMOR-LESTE

"Pedem-me um minuto de silêncio pelos mortos mauberes. Respondo que nem por um minuto me calarei".

(Fernando Sylvan, poeta timorense)


CAMBOJA
Mar da China Meridional
OCEANO PACÍFICO
VIETNAM
FILIPINAS
Malaca
MALÁSIA
SUMATRA
BORNEO
CELEBES
MELANÉSIA
PAPUA-NOVA GUINÉ
INDONÉSIA
Mar de Banda
Mar de Arafura
OCEANO ÍNDICO
Jacarta
JAVA
BALI
TIMOR
Mar de Timor
Darwin
AUSTRÁLIA


I. ATAURO
LAUTEM
TUTUALA
BAUCAU
LALEIA
LAGA
LURO
LOSPALOS
DILI
MANATUTO
VEMASSE
QUELICAI
BAGUIA
REMEXIO
VENILALE
UATO CARABAU
ILIOMAR
BAZARTETE
AILEU
LACLUBAR
OSSU
ERMERA
LACLUTA
UATO-LARI
ATABAE
MAUBISSE
BARIQUE
VIQUEQUE
ATSABE
FATOBERLIEU
BALIBO
MALIANA
AINARO
ALAS
BOBONARO
SAME
HATO-UDO
BETANO
ZUMALAI
SUAI
OECUSSI
TIMOR INDONÉSIO
TIMOR-LESTE

Introdução

Timor-Leste foi invadido pelas Forças Armadas indonésias em 7 de Dezembro de 1975.

Até então, e durante 400 anos, Timor-Leste foi uma esquecida colónia portuguesa — mal administrada e com deficiente desenvolvimento dos seus recursos. Para o mundo exterior, era praticamente desconhecida.

A população, rondando os 680.000 habitantes em 1975, várias vezes sofrera a repressão nas numerosas revoltas populares contra o poder colonial, e muitos dos habitantes viviam no limite da subsistência. Em 1912, um importante levantamento provocou milhares de mortes e, durante a Segunda Guerra Mundial, avalia-se em 40.000 o número de timorenses que morreram durante as operações que opuseram no seu solo as tropas japonesas e australianas.

No entanto, ninguém estava preparado para o calvário que se seguiria à invasão indonésia de 1975. A violência do ataque, e a resistência que, contra todas as expectativas, os timorenses manifestaram, fizeram de Timor-Leste o terreno de uma das guerras mais cruéis do século XX, mas também uma das mais extraordinárias lutas pela liberdade.

As perdas em vidas humanas têm sido imensas. Directa ou indirectamente, mais de 200.000 timorenses perderam a vida nesta luta. Muitos morreram ou foram executados no início da invasão. A população refugiada nas montanhas foi novamente dizimada em 1978/79, pela fome e os bombardeamentos. O ocupante utilizou meios contra a resistência armada que causaram enormes sofrimentos à população civil.

As populações foram deslocadas e obrigadas a viver em campos ou 'aldeias estatégicas' sob vigilância militar. As zonas de cultivo foram frequentemente destruídas ou transferidas por razões estratégicas. Prisões, torturas e

execuções tornaram-se meios comuns. As liberdades de expressão e de movimento foram suprimidas. Durante vários anos o território manteve-se completamente isolado do resto do mundo.

A Comunidade Internacional reconheceu a gravidade dos abusos cometidos em Timor-Leste. O assunto mantém-se na agenda das Nações Unidas. Regularmente, países ocidentais, como os Estados Unidos da América, por exemplo, ou a Comunidade Europeia, têm interpelado o Governo indonésio pelo seu comportamento mas, de facto, pouca pressão efectiva é exercida sobre a Indonésia. Sob o patrocínio da ONU decorrem, desde 1983, conversações entre Portugal (internacionalmente reconhecido como potência administrante) e a Indonésia, com escassos resultados.

No interior do território a luta prossegue. A informação disponível deixa entender que o povo de Timor-Leste continua profundamente estranho ao domínio indonésio, que é associado a violência, corrupção, exploração económica e racismo.

As recentes declarações de Monsenhor Carlos Filipe Ximenes Belo, líder da Igreja católica timorense — a confissão religiosa maioritária entre a população — confirmam que o desejo de liberdade e de exercício dos seus direitos políticos é o sentimento comum de todos os timorenses.

Juntámos nesta colectânea, pela primeira vez, os depoimentos de alguns refugiados sobre o que viveram nestes últimos anos. Os seus testemunhos não pretendem representar a experiência de todo o povo de Timor, mas também não são excepções. Há ainda poucos testemunhos sobre o que se passou nas aldeias do interior, onde as condições são ainda mais rudes. Quanto às mulheres, poucas aceitaram falar. A maioria dos timorenses que conseguiram sair do território e que quiseram apresentar o seu testemunho, têm alguma formação académica e viveram a maior parte da ocupação na capital, Dili.

Os testemunhos que apresentamos são uma viva condenação das práticas indonésias. Estas pesoas que foram humilhadas, oprimidas e reduzidas ao silêncio durante mais de dez anos, contam o que viram e viveram. Pelo seu desprezo por aqueles que os oprimem, mas também pelo seu orgulho e sentir nacional, estes testemunhos revelam as fontes profundas da resistência timorense. Para além deste diferendo internacional, o que está em jogo é o futuro do povo timorense, das suas comunidades, da sua maneira de viver.

A palavra é deles!

André Faria

André Faria, 51 anos, casado e pai de família. Nascido em Dili, reside actualmente em Portugal onde chegou em 1987, ao abrigo de um acordo entre Portugal e a Indonésia.
(Testemunho pronunciado em Lisboa, em Janeiro de 1988, na 4.ª 'Consulta Cristã sobre Timor Leste').

Naquela noite do dia 27 de Julho de 1977, estava eu em casa do Secretário da "Província", José dos Reis Araújo, quando, pelas 22 horas, apareceu o engenheiro Azis da Polícia Política (Intel) dando-me ordem de prisão. Fui então conduzido à sede da Intel localizada no edifício de Sang Tai Hoo. Lá, fui então acusado pelo Coronel Sinaga, que era chefe da Intel, e por outro comandante de nome P. Shihombing, de manter contactos com os dirigentes da Fretilin no mato.

Antes do interrogatório fui brutalmente espancado. Cada pergunta era fatalmente acompanhada de murros, pontapés, queimadelas com cigarros; e a cada resposta minha choviam mais murros, pontapés e queimadelas.

Depois do interrogatório fui pendurado, e o meu corpo baloiçando parecia um saco de areia sem defesa perante os frenéticos murros e pontapés dos meus inquiridores. O meu corpo era também um cinzeiro onde eles se regozijavam apagando os seus cigarros acesos. Não contentes com isso, as minhas costas foram ainda sulcadas em vários sentidos com a ponta de uma faca. Com a mesma faca o comandante Shihombing cortou-me o bigode e obrigou-me a comê-lo.

Fui novamente espancado brutalmente até às 24 horas, pelos mesmo comandante e fui depois conduzido à casa de banho onde estavam 8 ou 9 presos, amarrados de cócoras à bacia de rosto.

Além daqueles que comigo estavam na casa de banho, ainda havia outros presos nos quartos e dispensa. Éramos quarenta (40) e tal presos naquela altura. Alguns ainda se encontram em Dili e são sempre vigiados. Outros morreram por falta de tratamento ou pela idade avançada.

Pelas 8 horas do dia seguinte fui desamarrado pelo mesmo comandante que me havia amarrado. Fui levado para um armazém onde já estava um outro preso de origem chinesa. Durante todo o dia e toda a noite não nos deram de comer. O meu companheiro Leong Fuc Ye conseguiu subornar o comandante

pelo que foi libertado no dia seguinte. Mais tarde refugiou-se na Austrália.

Por volta das 20 horas do dia 28.7.77 fomos conduzidos em dois unimogs (camiões militares) para a Cadeia da Comarca, em Caicoli-Dili. Ao avistarmos a cadeia vimos uma formatura de mais de duas dezenas de Polícias Militares todos armados de pistolas e cassetetes. Um por um fomos avançando pelo meio da fila e fomos violentamente atirados de um lado para o outro por murros e bastonadas. Mandaram-nos despir a roupa que trazíamos, com a excepção das cuecas, raparam-nos os cabelos e tiraram-nos as jóias, dinheiro e outros objectos de valor que levávamos connosco.

Uns momentos mais tarde fui afastado do grupo pelo mesmo comandante da Intel que com seis P.M. me encostaram a uma parede, esticaram-me as mãos em forma de cruz e recomeçaram outra maratona de espancamentos. Recebi tantos e tantos golpes na cabeça e noutras partes sensíveis do corpo que até agora ainda me pergunto a mim mesmo como pude sobreviver a tudo isto. Os dedos do pés estavam azulados de tanto serem pisados pelas botas dos militares. O sangue começou a jorrar pela boca, pelo nariz, pelos ouvidos, pelos olhos, pelo couro cabeludo, pelos dedos dos pés. Naquele momento eu só suplicava o nome do SENHOR JESUS. Depois, o mesmo comandante da Intel mandou-me abrir a boca e nela enfiou a ponta do pau comprido com que me batera antes. Ordenou-me que trincasse o pau com toda a força e começou a abanar o pau como quem abana o ramo duma laranjeira para que a laranja caia. A minha cabeça andava à roda. Não contente com isso, segurou na ponta do pau que estava na minha boca e começou a puxar e a empurrar-me. Tive de trincar o pau com mais força ainda porque se eu abrandasse ele perfurava-me a garganta! Não sei como aguentei aquilo.

Com estas torturas eles queriam que eu acusasse outras pessoas cujos nomes eles indicavam. Vieram novamente as torturas brutais que duraram até à meia-noite, altura em que me levaram para uma cela. Já dentro da cela um dos P.M. reparou no meu anel de casamento e quis tirar-mo à força. Quanto mais violência ele usava, tanto mais eu apertava o punho e o anel não saía do meu dedo. Mesmo assim o anel ficou todo torcido. Durante três dias, fomos acordados cerca das 2 horas da madrugada com baldes de água fria que deitavam sobre nós, dentro das celas. Uma hora mais tarde vários P.M. irrompiam pela cela dentro e começavam mais uma vez a espancar-nos. Mandavam-nos, depois, sair para um pátio onde nós os presos, já sem forças, todos inchados, azulados e ensanguentados tinhamos de lhes fazer a vontade ora executando flexões ora rastejando, até ao nascer do sol. Aqueles que não conseguiam rastejar eram brutalmente espancados. Metiam-lhes um pau, cano ou bambú entre as pernas e empurravam-nos com toda a força. Durante todos estes exercícios éramos sistematicamente espancados principalmente nas articulações e sítios sensíveis do corpo. Os nossos algozes costumavam utilizar pés de cadeiras ou bancos partidos, pedaços de cano, paus, bambús e

até pedras. Estes espancamentos duraram três dias e três noites sem contar com o 1.º dia em que fomos presos em Sang Tai Hoo. Havia três dias e três noites em que eu não comia nem bebia nada. Só depois de três dias é que me trouxeram um pouco de comida.

Alguns dias passados o comandante da Intel Shihombong apareceu por trás das grades de ferro da nossa cela. Chamou-me e disse:

— "Se me entregares todas as cartas de responsáveis da Fretilin que estão na tua posse, hoje mesmo te liberto e te ofereço uma motorizada".

Eu retorqui:

— "Não sou nenhuma criança. Já prestei as minhas declarações e nelas disse que não recebi nenhuma carta deles".

Entretanto Shihombing e mais um enfermeiro timorense, também preso, de nome António Caleres, já tinham ido a minha casa onde fizeram uma busca completa sem encontrar nada.

Em Outubro, o comandante Shihombing foi substituído por um outro capitão da Intel de nome Nyoman, e eu com alguns dos colegas prisioneiros fomos novamente conduzidos à sede da Intel, no edifício de Sang Tai Hoo, a fim de sermos reinquiridos.

Nos fins de Novembro ou princípios de Dezembro, um cabo da P.M. sabendo que eu ia ser libertado veio à cela, acompanhado de um preso que lhe serviu de intérprete, e disse:

— "Dás-me 200.000 rupias e dentro de umas semanas serás libertado".

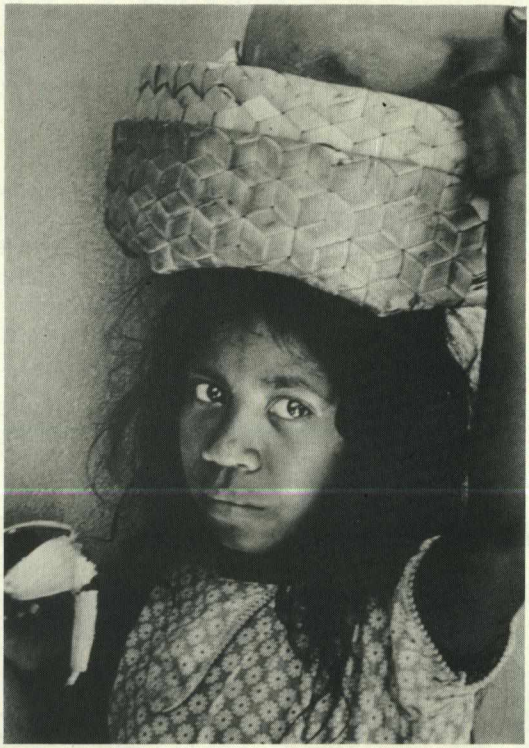
Eu respondi-lhe que não tinha aquela quantia. Por três dias o cabo e o seu intérprete insistiram para que eu desse aquele dinheiro, o que eu sempre negava por não ter dinheiro. Entretanto o tal cabo utilizou uma nova forma de pressão: foi à minha casa e obrigou a minha mulher a ceder as 200.000 rupias. Ela fez saber que não tinha aquele dinheiro e, por fim, o cabo desistiu da sua corrupta intenção.

Em 24.12.77 eu e mais alguns colegas da prisão fomos libertados.

Contudo, durante dois meses como ex-presos tínhamos de apresentar-nos diariamente na sede dos nossos respectivos comandos militares (Koramil). Depois dos dois primeiros meses, passámos a apresentar-nos semanalmente no nosso Koramil durante um período de seis meses. A seguir, durante um espaço de seis meses, passámos a apresentar-nos duas vezes por mês.

Finalmente passámos a apresentar-nos uma vez por mês até ao dia 2 de Janeiro de 1980, conforme os prazos estipulados no processo de libertação de cada um.

Entretanto, surgiu o assalto das Falintil a Dili em 10 de Junho de 1980, e todos os antigos prisioneiros foram novamente presos. No dia 12 fui libertado com alguns dos colegas de prisão.



X, viúva e mãe de duas crianças

X, não revela o seu nome porque ainda tem família em Timor-Leste. O seu marido foi assassinado por militares indonésios, depois de torturado.
(Testemunho pronunciado na 4.ª 'Consulta Cristã sobre Timor-Leste' em Lisboa, Janeiro de 1988)

Em Fevereiro de 1977, chegou a minha casa uma viatura militar do Koramil, com ordem para me prender. Uns dias antes, a minha irmã tinha sido presa pela polícia política. Nessa altura, o meu filho mais novo tinha 6 meses e ainda mamava. O mais velho tinha 2 anos. Quando me deram ordem de prisão e me levaram, retiraram bruscamente do meu seio o miúdo que ainda mamava e chorava. A minha mãe e o meu filho mais velho acompanharam-me à sede do Koramil de Dili, onde já se encontravam quatro pessoas. Nessa mesma noite fui escoltada em companhia dos quatro presos à sede da polícia política (Intel), no edifício de Sang Tai Hoo, onde iria ser submetida ao interrogatório que, devido à ausência do comandante S., foi dirigido por um dos seus subalternos tendo como intérprete H., um timorense que também estava preso devido a conotações políticas com a Fretilin.

Para me assustarem eles tinham cuidadosamente arrumado em cima da mesa vários objectos de tortura tais como chicotes, palmatórias, cassetetes, paus, pés de cadeira, fios eléctricos para choques, cigarros para queimar a carne humana, fósforos e mais outros.

Fui então acusada de manter contactos com o meu marido no mato, facto que eu sempre neguei porque não tinha contactos com ele, e nem sabia onde ele estava.

Devido à ausência do tal comandante, o inquérito foi adiado. Contudo, mantiveram-me presa em Sang Tai Hoo. Trouxeram então a minha irmã que vinha cheia de marcas deixadas pelos objectos de tortura. A sua pele estava cheia de sangue coagulado; havia inúmeras marcas dos cigarros que os indonésios tinham apagado na sua carne como se se tratasse de um cinzeiro. Ameaçaram-me dizendo: "se não disseres a verdade serás mimoseada com os mesmos tratamentos que ela".

No dia seguinte, pelas 19 horas, fomos levadas, eu, a minha irmã e uma outra da minha idade, chamada M., para a cadeia da Comarca. Lá, fomos revistadas dos pés à cabeça e metidas depois numa cela escura, com portas

de ferro, onde mal cabia uma pessoa. Na cela não havia sequer um catre, apenas o chão nu, as paredes, as grades de ferro lá no alto da parede, e a porta também de ferro com um orifício minúsculo no meio. Antes de entrarmos as três na cela ainda reconheci algumas prisioneiras que estavam na varanda: Elda Saldanha, Maria Pereira, falecida depois de libertada, devido aos maus tratos de que foi vítima na prisão, Maria Montalvão e Rosita, falecida por tuberculose causada pelos maus tratos sofridos na prisão. Ficámos nesta cela uma semana, durante a qual só nos davam uma refeição por dia.

No fim desta semana fomos recambiadas para Sang Tai Hoo, onde estavam para cima de trinta prisioneiros, de ambos os sexos, que aguardavam o inquérito. Reconheci alguns, como Maurício Pereira e sua mulher, Lídia Mota, Mimi Lebre (mãe do camarada César Mau Laca).

Na impossibilidade de me interrogarem naquele dia, fui levada para casa para tirar fotografias com os meus filhos, fotografias que os militares lançariam, de helicóptero ou avião para o mato, juntamente com outros panfletos de propaganda. Isto foi o que eles me disseram. Depois disto fui novamente interrogada, mas como não encontraram nenhuma prova de culpa contra mim, fui libertada dos interrogatórios mas continuando na prisão. Contudo, durante uns dias, fui autorizada a ir a casa para amamentar o meu filho e voltava à tarde para Sang Tai Hoo. Finalmente, para evitarem as minhas saídas constantes, resolveram autorizar-me a levar o meu filho para junto de mim na prisão.

Ao fim de 6 dias, o meu filho foi atacado por uma pneumonia, causada pelo frio do chão que nos serviu de cama. Insistiram em levá-lo ao hospital, mas eu opus-me, com medo de que lhe fossem causar algum mal e que o meu filho morresse; resolvi levá-lo a casa, entregando-o aos cuidados do meu pai que era enfermeiro.

Depois de um mês em Sang-Tai-Hoo, fui libertada da prisão por falta de provas. A minha irmã só foi libertada após a amnistia do presidente Suharto, mas foi novamente presa um ano mais tarde, em Março de 1979. Levada com o meu tio P., que tinha sido capturado no momento da amnistia, os dois foram conduzidos de helicóptero para Baucau, onde foram depois executados.

Não fui torturada fisicamente, mas vi muitos compatriotas serem torturados. Vi presos com os dedos dos pés inchados e sem unhas devido à pressão que faziam com os pés das cadeiras ou mesas durante o interrogatório. Vi presos

com a pele coberta de chagas devido a golpes de facas dados pelos inquisidores. Vi presos serem queimados com cigarros, agredidos brutalmente em todas as partes do corpo, com pés de cadeiras, cassetetes, chicotes...

Em 1979 o meu marido foi preso e, depois de um dia de interrogatórios acompanhados de maus tratos,foi massacrado. Fui, então, novamente presa e levada à Intel para mais interrogatórios, por causa de uma fotografia minha que se encontrava com o meu marido. Acabaram por me libertar, porque a minha irmã se adiantou a declarar que era ela quem tinha enviado a referida fotografia para o mato.

Até hoje o meu velho pai ainda se encontra num estado anormal devido à constante repressão contra a nossa família, principalmente contra a minha mãe, a minha irmã e eu. Apesar do estado em que se encontrava, o meu pai foi várias vezes preso porque rabiscava papéis, dos quais tirava depois fotocópias. Em meados de 1986, num Domingo, foi preso pela polícia política (Intel) quando tirava umas fotocópias; foi levado para uma das prisões dos Boinas Vermelhas em Colmera (Dili), depois para outra, ao lado do antigo Museu, hoje comando militar (Kodim), e daí para a Comarca, onde foi forçado a fazer exercícios e a rastejar, ao mesmo tempo que o agrediam com pontapés.

Quero apelar a todos, com vista a uma possível paz em Timor-Leste, a nossa querida e martirizada terra, onde os indonésios continuam a praticar estas formas de agressão com os outros irmãos timorenses, e outras formas ainda mais graves que, só a falta de comunicações (do interior para o exterior), impede que elas sejam conhecidas. Hoje estou aqui, faço parte de um povo que sofreu, sofre e continua a sofrer, e quer que os seus clamores sejam ouvidos.

Realmente é doloroso, penoso e lamentável, falar de novo do sofrimento tão amargo que eu vivi. Além de toda a tragédia, acima descrita, pela qual passou a minha família, fui sujeita aos caprichos do Major A., corrupto e assassino indonésio. Fui violada à força por ele, e constantemente perseguida sob ameaças para atender os mesmos caprichos. Em 1979, na prisão de Sang-Tai-Hoo, a minha irmã foi brutalmente violada pelo comandante da prisão.

Foi insuportável o meu sofrimento; fartei-me de chorar, como tantos outros dos meus compatriotas ainda continuam a fazer. E hoje, se não choro é por uma simples razão: secaram-me as lágrimas.

Espero que o meu depoimento venha a contribuir para a eficácia da defesa dos nossos direitos.

Espero que os grupos solidários com o nosso povo intensifiquem as suas acções, procurando soluções viáveis, na medida do possível, de modo que possam contribuir para superar a dor do nosso povo que se arrasta há 12 anos.

Espero que os nossos amigos e grupos solidários com o nosso povo façam sentir aos seus governos a necessidade urgente de apoiar o nosso povo, uma vez que, segundo me parece, eles estão mais interessados em questões económicas do que na defesa dos sagrados direitos do nosso povo.

Garanto-vos que a nossa resistência não terminará enquanto os nossos compatriotas continuarem dispostos a sofrer as repressões do bárbaro invasor, e dispostos a morrer pela nossa Pátria. Por mais que a Indonésia seja a maior potência no sudeste asiático, continuo a acreditar, como todos os meus compatriotas, que ela não é eterna. Não há, na história dos povos, nenhum império que nunca tenha sido derrotado. Nessa linha de pensamento afirmo, com confiança, a esperança de que o povo Maubere — o povo de Timor-Leste — há-de alcançar o seu objectivo sagrado: a independência nacional!

Estevão Cabral

Estevão Cabral, 28 anos, hoje refugiado em Portugal, tinha 15 anos por altura da invasão de Timor Leste.
(Este testemunho foi pronunciado na 4.ª 'Consulta Cristã sobre Timor-Leste em Lisboa')

Tinha 15 anos na altura da invasão indonésia e encontrava-me em Baucau, a 135 km a leste de Dili, capital de Timor-Leste. Dada a invasão, deixei a cidade de Baucau, juntamente com a população e dirijimo-nos para a montanha, para as áreas controladas pelas Falintil, exército de libertação de Timor-Leste. Os invasores indonésios consideravam os estudantes como comunistas e daí muitos terem sido executados.

Quatro anos depois fui capturado juntamente com parte da população e alguns patriotas que foram enganados pela dita política de amnistia. Fui capturado em Março de 1979, no momento em que as forças agressoras faziam operações de cerco e aniquilamento, operações denominadas "Hapus Bersih".

As operações começaram em Agosto de 1978, no sector da Ponta Leste. Após a nossa rendição e a captura, desapareceram do nosso convívio diversos elementos das Falintil: Cândido Lai Kana, Januário Gaio e José Gaio. Desapareceram ainda os activistas de nome Cândido, Aquilino e Sidónio. Estes foram conduzidos para Laku-Dala, zona na qual elementos dos batalhões 141, 512 e 126 assassinavam cidadãos indefesos de Timor Leste. Importa dizer que neste local foram encontradas em Agosto de 1980, cerca de 384 caveiras.

Ainda em Março de 1979, desapareceram responsáveis da resistência como Juvenal Inácio, Comissário Político do sector Ponta Leste, Paulinho Olo Kasa, Comandante do Sector Ponta Leste, Solan Fonseca, adjunto do Comissário Político e os Comandante Albino Gusmão, Tadeu Salamodo e ainda outros responsáveis militares. Na altura o povo já sofria muito e ainda hoje conhece a fome e a doença provocadas pela invasão e ocupação. Além disso, os ocupantes reprimem os elementos da população suspeitos de dar apoio à resistência armada.

Em Maio de 1979, os ocupantes acusaram-me de apoiar a guerrilha pelo que fui interrogado em 12 de Maio, no edifício que foi sede do posto administrativo de Quelicai: quiseram que fornecesse dados sobre a rede clandestina. Para isso provocavam queimaduras com pontas de cigarros acesos (cigarros de tipo Gudam Garam e Djarum 76) e empregavam choques eléctricos durante a noite do interrogatório. Eles não conseguiram o que queriam e por isso

soltaram-me ao fim de três dias de interrogatório e após uma "lavagem cerebral" (nessa sessão de lavagem cerebral diziam que a Fretilin era comunista e que já tinha perdido a guerra). Antes de me libertarem pressionaram-me no sentido de nada dizer sobre o que se passara comigo pois no caso contrário voltaria a ser preso e novamente torturado.

No dia 19 de Maio fui novamente interrogado pois acusaram-me de fornecer informações à guerrilha: novamente neguei estas acusações dizendo que o local no qual residia era fortemente controlado pelo Batalhão 141. Em 12 de Junho fui mais uma vez acusado e interrogado: disseram que eu tinha participado no ataque que um grupo de guerrilheiros efectuara nos arredores de Dili e que o Comandante do tal grupo era meu irmão. Felizmente, que entre eles, havia divergências pelo que consegui escapar à morte. Elementos do Batalhão 113 (batalhão composto por boinas vermelhas, isto é, comandos) faziam os interrogatórios e elementos dos Batalhões 141, 126 e 512 denominados RTP X11 que tinham por símbolo 'Siliwangi' (Tigre) procediam à matança a sangue frio. Utilizei o argumento de que andava à frente do Batalhão 141 pelo que não podia fornecer informações aos guerrilheiros da Fretilin. Assim, fui solto mas obrigado a fixar residência em Dili, a partir de 23 de Agosto de 1979.

Chegado a Dili, nada podia fazer e na altura já era difícil arranjar trabalho. Através de amigos consegui um lugar numa empresa comercial de nome PT Kertaniaga; trabalhei como servente até ao final de Fevereiro de 1980.

Em Março matriculei-me no Externato de S. José de Balide, em Dili. O conselho directivo fez-me saber que a escola funcionava ao abrigo da diocese e independente de qualquer tendência política, perservando a identidade cultural do povo de Timor-Leste; foi-me também dito que não era dada qualquer equivalência por parte do ensino oficial. Decidi matricular-me na referida escola uma vez que ela tinha por objectivo defender a identidade cultural da minha Pátria. A escola era e continua a ser sistematicamente ameaçada pelas autoridades de ocupação e pela polícia política, a Intel. Em Junho de 1980, desapareceu o professor Venâncio Gomes, que estudara Agro-Pecuária em Portugal, e com ele desapareceram cinco estudantes. A escola é apoiada pelos pais dos alunos e pela Igreja local; com estes apoios e apesar de todas as dificuldades — falta de material, falta de fundos e de pessoal docente — a escola funciona.

Os ocupantes recolhem informações até ao detalhe sobre a vida dos professores e dos alunos.

Para além do Externato de S. José funciona o Corpo de Escuteiros Católicos dirigido por sacerdotes. Os ocupantes dizem que o C.E.C. é uma associação política no seio da juventude em geral e da juventude católica, em particular. O Corpo de Escuteiros Católicos quer manter a sua dignidade e a sua identidade cultural. Esta defesa tem uma grande importância no combate que os timores travam pela independência.

Por outro lado, e organizada pelos ocupantes, está a "Praja Muda Karana" (PRAMUKA) que se rege pelos princípios do Panca Sila (ideologia oficial do regime indonésio). Enquanto a Pramuka é subsidiada pelos ocupantes, o CEC vive dos apoios dados pelos pais dos escuteiros e amigos. Pela pressão exercida pela polícia, as empresas e trabalhadores incluindo os motoristas são obrigados a dar dinheiro para os acampamentos realizados pela Pramuka.

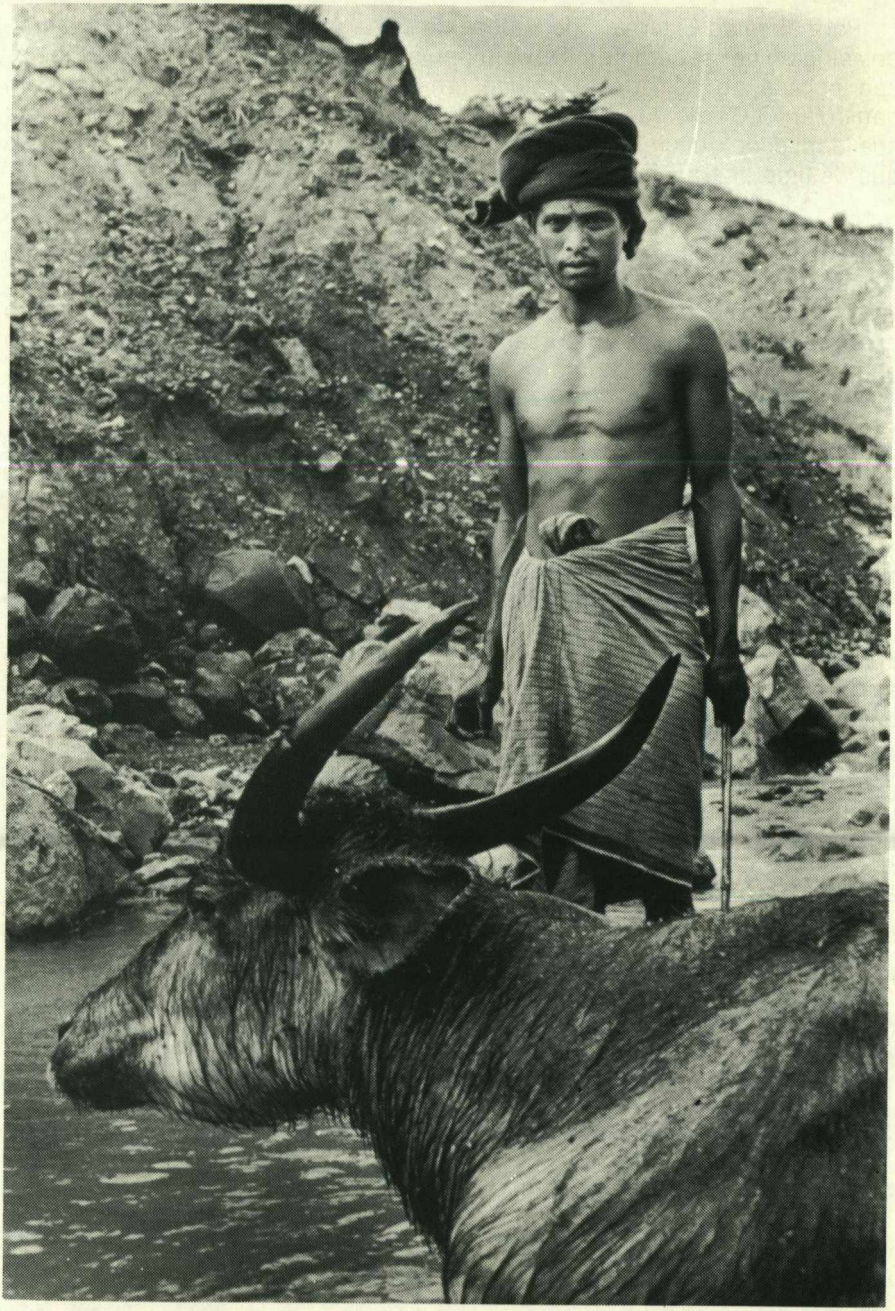
A existência do CEC e do Externato S. José é um incómodo para os ocupantes indonésios que, para se verem livres de um e de outro, exercem contínuas represálias sobre os professores e sobre os estudantes.

A população continua a ter de andar com o 'surat jalan' ou guia de marcha e é vigiada por todas as formas, em todas as deslocações e movimentos; os ocupantes criaram assim núcleos militares no seio das populações que são conhecidos por Babinsa e Bimpolda. O objectivo do ocupante é levar o controlo até à mais pequena aldeia de Timor-Leste e controlar assim pela repressão o povo timorense.

O Povo de Timor-Leste enfrenta todas estas selvajarias dos ocupantes indonésios, todas estas repressões sangrentas. O povo de Timor-Leste sofre um genocídio cultural e também físico.

Por favor, façam chegar aos vossos Governos e aos vossos povos estas informações sobre o que acontece em Timor-Leste, contra a vontade do seu povo que quer ser livre e independente.

Termino com as palavras do Senhor Bispo de Setúbal, proferidas perante o Comité de Descolonização das Nações Unidas, em Agosto de 1987: "Não podemos ignorar Timor-Leste, nem mantê-lo em silêncio, nem negociá-lo. Timor-Leste é um povo com uma história e um futuro. Ninguém tem o direito de lhe cortar o caminho".



Carlos Barbosa

Carlos Barbosa é casado e tem 3 filhos. No tempo da administração portuguesa era funcionário público. Até à data da sua partida em 1987, foi recepcionista no Hotel Turismo em Dili.
(Entrevista recolhida em Lisboa, em 1988, por 'A Paz é possível em Timor-Leste')

Quando Dili foi invadida houve pessoas que permaneceram na cidade, pensando que os indonésios vinham restabelecer a ordem; mas como eles começaram logo com os massacres, a população fugiu para as montanhas. A cidade ficou quase totalmente deserta, todas as casas foram despojadas. Durante os dias seguintes eles juntaram a população restante e obrigaram-na a carregar em camiões os bens e os móveis provenientes de casas abandonadas. Tudo foi carregado em barcos e enviado para a Indonésia.

P. — A população resistiu ou teve medo?

R. — Aqueles que estavam armados continuaram a resistir e foi por isso que os indonésios cometeram mais massacres e violências. Eles demoraram pelo menos 15 dias até conseguirem controlar a cidade propriamente dita, que contava cerca de 10.000 habitantes antes da invasão. Esse controlo efectuou-se com um grande número de militares, pelo menos 20 navios de guerra e muitas tropas transportadas por aviões. Durante os dias seguintes eles desembarcaram tanques e carros blindados.

Muito poucas pessoas ficaram, sobretudo mulheres e crianças, aqueles que não podiam lutar. Os que pegaram em armas, muitos partiram sozinhos. Só mais tarde, quando toda a cidade estava sob o controlo indonésio, é que as famílias foram pouco a pouco juntar-se àqueles que estavam no mato. Os que ficaram, apercebendo-se de que a situação não melhorava, foram saindo aos poucos.

P. — Você trabalhou no Hotel Turismo em Dili?

R. — Eu comecei a trabalhar no Hotel Turismo que é onde vão os estrangeiros que visitam Timor. Existem outros dois hotéis, mas como a alimentação aí é oriental, os estrangeiros preferem ir ao Hotel Turismo onde as condições, neste aspecto, são melhores. Um dos outros dois hotéis é controlado pelo Governo.

P. — Esse hotel também recebe estrangeiros?

R. — O Governo envia sempre os estrangeiros para lá, mas como ele não tem condições e para além disso é vigiado, os visitantes deixam-no e vão para

o Hotel Turismo. São os próprios serviços governamentais que telefonam para reservar os quartos para essas pessoas e também para a Segurança. Eles pedem para pôr os estrangeiros nos quartos interiores e naqueles onde é mais difícil o contacto com a população e mais facilitada a sua vigilância. Frequentemente o Governo paga as despesas.

P. — É o Governo que paga?

R. — Muitas vezes. Quando eu estive lá como recepcionista, aconteceu que os visitantes pagavam os seus quartos, por exemplo as Embaixadas da Austrália e da Nova Zelândia em Janeiro-Fevereiro de 1987, mas os homens do Protocolo e da Segurança disseram que foram eles que pagaram para receberem o reembolso do Governo. As refeições e os passeios foram pagos pelo Governo.

P. — Os visitantes não ficavam surpreendidos?

R. — Eles sabem muito bem que os indonésios querem mostrar-se amáveis com eles.

P. — Os visitantes passeiam sózinhos ou acompanhados pelos indonésios?

R. — Enquanto eu estive lá, os homens do Protocolo estavam sempre em contacto telefónico com a Segurança. Aliás, quando havia estrangeiros no hotel, eram eles que tomavam conta do telefone. Recebiam as ordens da Segurança, o que podiam ou não dizer: "não podem ir a este local, escolham outro. É impossível ir com o carro a este sítio, a estrada está cortada devido às chuvas, é preciso ir de helicóptero". Podiam ir de carro aqueles em quem eles tinham verdadeira confiança, mas apenas para zonas onde eles realmente controlavam a situação: para a zona leste iam quase sempre de helicóptero.

P. — Porquê a zona leste?

R. — Porque é aquela onde a resistência é mais forte.

P. — O que é que eles podiam visitar?

R. — Provavelmente as casas que os indonésios construiram; não sei bem, porque nunca os acompanhei, ouvia simplesmente as conversas no hotel. Havia viaturas oficiais para levar os visitantes... a população sabia que havia visitantes estrangeiros quando o acesso a certas ruas era proibido.

P. — Quem o proibia?

R. — O próprio Governo; a polícia proibia o acesso às ruas que conduziam ao cemitério militar a às zonas militares. A população que habita esses locais pode utilizar essas ruas apesar dos sinais de proibição mas, quando os estran-

geiros chegam, o seu motorista sabe que não deve ir por ali e caso eles insistam, o motorista mostra-lhes o sinal de proibição.

P. — Todas as visitas são acompanhadas por indonésios?

R. — Todas, muitas vezes utilizam também timorenses que trabalham para a Indonésia.

P. — Esses timorenses não tentam mostrar as zonas proibidas?

R. — Eles estão sempre acompanhados por indonésios. Tudo aquilo que possam dizer, os outros ouvem — é impossível dizer qualquer coisa. Eles evitam que os estrangeiros apanhem táxis — havia sempre carros à sua disposição. Mesmo se quisessem andar a pé, eles perguntavam aonde iam.

P. — Não há nenhum meio de lhes escapar?

R. — Para os estrangeiros é muito difícil. Eu vi quem tentasse sair pela porta das traseiras do hotel, mas também desse lado havia quartos reservados para a Segurança. Nesse aspecto a segurança era eficaz.

P. — Esta Segurança é composta por militares?

R. — Sim, mas militares sem uniforme, à paisana. Embora nas suas camisas se pudessem aperceber os dois revólveres e o rádio que lhes permitia contactar com a sua central. Se, aquando da marcação dos quartos dos visitantes não havia também qualquer reserva para a Segurança, sabia-se que esses estrangeiros mereciam inteira confiança por parte dos indonésios.

P. — E os jornalistas?

R. — As visitas de jornalistas eram muito raras. Depois das últimas eleições em Abril de 1987 por exemplo, eles trouxeram uma portuguesa que é irmã do Governador, que podia circular à vontade. Houve também um membro da embaixada do Canadá que se afastou um pouco, mas eles enviaram logo um carro à sua procura. Nós próprios evitamos falar da situação porque não sabemos quem é a favor e quem é contra. Muitas vezes diziam-nos o que devíamos responder aos visitantes, caso nos colocassem questões.

P. — Por exemplo?

R. — Se nos perguntassem quais eram as possibilidades de visitar tal ou tal zona, nós falávamos das chuvas, do mau estado das estradas. Devíamos arranjar sempre uma resposta, segundo aquilo que eles nos tinham ensinado.

P. — Essas visitas de estrangeiros eram longas ou curtas?

R. — Muito curtas. A maior parte chegava num dia e partia no dia seguinte. No máximo permaneciam três dias. Todos os dias antes das 22 horas devía-

mos enviar a lista das pessoas que tinham entrado no hotel. Era preciso enviar esta lista aos comandos, à polícia e à Intel (Intelligence Service) — se não a recebessem, vinham eles próprios buscá-la.

P. — Todas as noites?

R. — Todas as noites, quer houvesse visitas ou não. Mesmo quando os hóspedes era residentes timorenses ou indonésios, nós devíamos informá-los. Os indonésios eram obrigados a apresentar eles próprios o seu salvo-conduto na sede da Intel.

P. — A chegada de estrangeiros provoca mudanças?

R. — No início, havia buscas a todas as casas antes da chegada de estrangeiros; últimamente, pelo menos na capital, as buscas já não são tão frequentes e não estão ligadas à existência de visitantes — elas destinam-se a verificar se recebemos armas do mato.

P. — Há muitos visitantes estrangeiros?

R. — Cinco ou seis por ano. No início quase ninguém entrava e, últimamente, diminuiram de novo.

P. — Quais são as zonas que os indonésios mostram de melhor vontade?

R. — Maliana, Suai, que se encontram próximas da fronteira, para onde eles enviam populações vindas das suas províncias (o que eles chamam transmigração), onde têm culturas feitas por eles próprios. Eles têm o total controlo dessas zonas. Em 1976, depois de terem criado um Governo Provisório, convidaram elementos da ONU e do corpo diplomático na altura em que quase toda a população se encontrava nas montanhas. Nós, que tinhamos ficado, fomos obrigados a participar na sua recepção com militares vestidos à civil, obrigados a gritar "viva a integração". Alguns timorenses que sabiam falar inglês foram obrigados a servir de intérpretes; alguns dias antes eles tinham distribuido instruções acerca do que deviam dizer;

P. — Os estrangeiros podem filmar?

R. — Quando autorizam filmagens, bloqueiam todas as ruas e canalisam toda a circulação para a mesma artéria. Então permitem algumas imagens para mostrar o progresso.

P. — E fazer gravações?

R. — Não , aliás a população não quer falar, tem medo.

Antonino Tavares

Antonino Tavares,enfermeiro, casado e com filhos. De 1979 a 1987, trabalhou para o Catholic Relief Service e a UNICEF. A este título é um dos raros refugiados que pôde circular em Timor-Leste durante estes anos de ocupação.
(Entrevista recolhida em Lisboa, em 1988, por 'A Paz é possível em Timor-Leste')

A.T. — Em 1975-76 aquando da invasão, uma grande parte das populações fugiu para o mato; quando foram forçadas a render-se, em 1979, apresentavam fortes sintomas de doenças e carências. As autoridades civis e a própria Igreja fizeram um apelo ao Catholic Relief Services (CRS) dos EUA.

Além do fornecimento de alimentos e vestuário, que também fazia a Cruz Vermelha Internacional autorizada nesse ano a voltar a Timor, o CRS criou um grupo para-médico em Dezembro. Eu trabalhava então no hospital de Dili e fui convidado a participar nesse grupo enquanto durou a sua acção ou seja, até 1981. Instalámo-nos em Lala onde, segundo certas informações, morriam de fome e de doença cerca de 40 pessoas por dia. Ao fim de um mês, parti com outros dois enfermeiros para Quelicai, uma grande vila instalada em terras secas que não podem ser cultivadas, onde a população tinha mais que duplicado com a chegada de populações vizinhas. A população não podia sair da vila para cultivar e vivia em condições piores que as dos animais.

P. — A situação é mais difícil no campo do que nas cidades?

R. — Também há muitas dificuldades nas cidades, só que nestas torna-se mais fácil a uma pessoa arranjar-se. O principal problema nos campos é a fome. As zonas onde a circulação é permitida, tanto para o cultivo como para as colheitas, são muito poucas. A maioria das famílias apenas dispõem de 100 a 200 m2 de terra, o que é manifestamente insuficiente para assegurar a alimentação de uma família durante todo o ano. Elas têm de recorrer à colheita de folhas, frutos e tubérculos selvagens, em quantidade insuficiente, porque o exército proibe o afastamento do campo.

P. — Que fazem as organizações internacionais?

R. — Há muitos projectos. Vejamos, por exemplo, um projecto de condução de água no qual trabalhei para a UNICEF. Os fundos chegam por exemplo às mãos de um médico...

P. — Um médico timorense?

R. — Não, um médico indonésio que entra em contacto com o "Tripé"; este termo designa os três poderes existentes a todos os níveis, desde a Província até à mais pequena aldeia. O "Tripé" é composto pelo Comandante militar, o Comandante da polícia e a autoridade civil...

P. — Todos indonésios?

R. — Por vezes o responsável civil é um timorense, mas são os militares que têm o poder. O "Tripé" convoca a população para os trabalhos, aos quais eles chamam "gotong-royong" — trabalho voluntário — e as pessoas começam a trabalhar gratuitamente enquanto o médico e os outros guardam o dinheiro para si. Por vezes a população recusa-se a trabalhar, havendo represálias por isso.

P. — As organizações internacionais sabem disso?

R. — Acho que não. Uma vez fiz um relatório que enviei ao chefe do posto de Ermera, um indonésio. Ele chamou-me e pediu-me para alterar o relatório, visto que seria enviado para as Forças Armadas e que eu poderia ser preso e fusilado. Fiz-lhe notar que as despesas indicadas eram mais de 10 vezes superiores à realidade e que o Governo poderia aperceber-se disso. Ele respondeu-me que o dinheiro vinha do estrangeiro e que isso não tinha qualquer importância. Houve uma vez uma reclamação da UNICEF porque os indonésios registaram despesas para poderem mudar 6 e 7 vezes por ano os pneus dos seus carros...

P. — Que diziam as populações com quem falava?

R. — Quando eu entrava numa casa sabia que havia pelo menos dois militares por perto, como se nada fosse com eles, mas que vinham ver sobre o que falávamos, e assim que eu acabava de falar, vinham logo perguntar sobre o que é que tínhamos conversado. Depois tinha eu próprio de escrever o relatório sobre a conversa, que seria entregue aos militares indonésios.

P. — As populações são receptivas à vossa ajuda?

R. — Notamos uma certa desconfiança quando nos aproximamos delas porque as organizações humanitárias são identificadas com os indonésios, e a população está em permanente oposição com as forças armadas...

P. — Quem, a população civil ou a guerrilha?
R. — As duas, a população civil e a guerilha.

P. — Há contactos entre elas?
R. — Geralmente a população consegue isso.

P. — Mas a população não está consciente de que os projectos de desenvolvimento vão melhorar as suas condições de vida?
R. — Sim, a população sabe que as suas condições de vida são muito más e que os projectos são importantes, mas sabe também que o dinheiro nunca chegará até ela, ficando retido nas mãos dos responsáveis. Cada vez mais, a população é sobrecarregada com toda a espécie de trabalhos dos quais não tira qualquer benefício: ela tem de trabalhar para as estradas mas não pode deslocar-se nelas, trabalha para as forças armadas, trabalha nas grandes propriedades agrícolas dos indonésios... todos estes trabalhos são executados gratuitamente sem qualquer contrapartida.

Houve esforços por parte das organizações internacionais para a realização de mini-projectos, por exemplo, a criação de pequenos animais: coelhos, patos, peixes, etc., mas os militares chegam e servem-se à vontade, por vezes prometem pagar, mas a Unidade é substituída por outra e aqueles que tinham feito a promessa já não estão lá! Como estas situações se repetem, a população acaba por preferir manter-se na situação em que se encontra em vez de trabalhar permanentemente sem receber nada.

P. — Qual é a situação dos serviços de saúde?
R. — No fim dos seus estudos, jovens médicos indonésios vêm fazer um estágio de dois anos a Timor-Leste, depois do qual serão integrados nos serviços de saúde do seu país. Os enfermeiros são também na sua maioria indonésios, alguns vêm temporariamente, outros estabelecem-se definitivamente. Os enfermeiros timorenses não encontram lugar dentro das suas especialidades, nos serviços públicos indonésios.

Há neste momento muito pessoal médico e para-médico em Timor-Leste, mas há grande zonas sem assistência. Este pessoal estrangeiro parece vir a Timor para passar férias durante o período que lhe foi fixado e voltar para o seu país com o seu NIP (número de funcionário público) e um "louvor" do Governador de Timor. Eles recusam-se a ser colocados nos postos menos importantes por razões de segurança, seja por que esses postos são dominados pela resistência, seja por outros motivos; mas já aceitam ir para lá se a Cruz Vermelha Internacional ou a UNICEF lhes der um subsídio mensal de 30.000 rupias para além do seu salário.

P. — Há medicamentos em quantidade suficiente?

R. — Os indonésios servem-se do melhor. Uma grande parte dos medicamentos é desviada para o comércio privado, não há medicamentos no hospital e o médico manda os doentes comprá-los nas lojas para as quais foram desviados. Todos ganham, o médico que vende os medicamentos ao comerciante e este que os revende com uma margem de lucro. Como a população não tem meios para os comprar, a mortalidade, sobretudo a mortalidade infantil, é muito elevada. Muitas das mortes resultam ou da falta de alimentos, ou da falta de medicamentos. Um dia eu fui visitar uma pessoa de família em Balibo (perto da fronteira); atacado por uma forte dôr de dentes, pedi para ser tratado no posto de saúde e o funcionário de serviço mostrou-me os armários dos medicamentos completamente vazios. Que faria ele se aparecesse um caso de urgência? Mais ainda, em Dili por exemplo, quando um timorense doente deve ser operado, tem de pagar umas "luvas" de 150.000 rupias para conseguir marcar a data da operação — isto faz parte de um acordo entre o médico e o enfermeiro, sem o qual o doente tem de esperar indefinidamente pela sua operação.

José Guterres

José Guterres, 27 anos, solteiro. Tinha 13 anos quando da invasão em 1975 e nessa altura fugiu com a sua família para as montanhas. Capturado pelo exército indonésio em 1980, enviado para a prisão de Dili e depois para o exílio no ilhéu de Ataúro, foi libertado em 1984. Trabalhou para a Cruz Vermelha indonésia de 1985 a 1987, em estreito contacto com o Comité Internacional da Cruz Vermelha.
(Entrevista recolhida por 'A Paz é possível em Timor-Leste')

P. — Quais eram as condições de vida em Ataúro?

R. — Quando nós lá chegámos não havia nada, tivémos de cortar árvores e mato para construir a nossa palhota. Como alimentação, o comando militar dava-nos uma lata de milho por semana, eu morria de fome. Adoeci mas não havia nenhuma assistência médica, se fôssemos falar disso aos militares eles diziam: "A Fretilin pode morrer, não há problema". Todos os dias nós tinhamos de fazer trabalhos forçados aos quais eles chamavam "gotong royong", trabalho voluntário que, na realidade, era trabalho forçado: mandavam-nos construir estradas que ninguém utilizaria, chiqueiro para tratar dos porcos que eles não comeriam porque são muçulmanos, mas que eram criados para vender. Quando chegava atrasado ao trabalho batiam-me.

Os habitantes desta pequena ilha que não eram prisioneiros, precisavam dum salvo-conduto para se deslocarem e, para o obter, tinham de oferecer aos militares uma parte dos seus produtos.

Em 1982 a Cruz Vermelha Internacional foi autorizada a entrar em Ataúro e a situação material melhorou. Por vezes havia visitantes estrangeiros que eram transportados em helicópteros militares mas não podíamos falar com eles.

Em Julho de 1984 fui enviado para Dili. Em 1985 comecei a trabalhar para a Cruz Vermelha indonésia.

P. — Em que consistia esse trabalho?

R. — Fazia parte de uma equipa de "Tracing and Mailing Service". É um serviço lançado pela Cruz Vermelha Internacional para tentar restabelecer o contacto entre familiares que foram separados pela guerra e, se possível, reuni-los. Dado que a normal correspondência não é possível entre eles, a Cruz Vermelha assegura esse serviço, particularmente para aqueles que estão nas

prisões. Para ser isento, este serviço não pode ser realizado por indonésios porque eles estão lá como ocupantes. O CICV (Comité Internacional da Cruz Vermelha) conseguiu que ele fosse constituído por timorenses ligados, pelas circunstâncias, à Cruz Vermelha Indonésia. As condições em que se desenvolve o nosso trabalho retiram-lhe, todavia, todo o carácter de isenção.

Nós trabalhávamos sob o controlo do 'Team Operasi', um organismo indonésio dirigido por um oficial na reforma, e devíamos apresentar relatórios sobre todos os nossos contactos, para as Forças Armadas.

Todo o correio era controlado e censurado a vários níveis pelo comando militar, tanto junto do expedidor como do destinatário.

Em todas as nossas deslocações ao serviço da Cruz Vermelha Internacional íamos acompanhados por agentes dos serviços secretos (Intel).

P. — Qual é a situação ao nível da saúde — pode a Cruz Vermelha assegurar os serviços de base?

R. — A Cruz Vermelha ajuda os prisioneiros, os deportados, mas não a população em geral.

P. — E a assistência às crianças, às mães, nada é feito nesse sentido?

R. — Eu penso que esse é o trabalho da UNICEF. A equipa da UNICEF não trabalha connosco, são todos indonésios, há timorenses que os ajudam para facilitar os contactos com a população. Trabalham com eles mas não ocupam os lugares de responsabilidade, que são para os indonésios. A UNICEF depende também do 'Team Operasi', como a equipa do 'Tracing and Mailing Service'.

P. — E a UNICEF deve também apresentar regularmente relatórios para as Forças Armadas?

R. — Não sei.

P. — O CICV tem acesso às prisões?

R. — A Cruz Vermelha Internacional teve primeiro acesso a Ataúro, depois a Purgoa que é um outro campo de deportação criado pelos indonésios para transferir uma parte dos deportados de Ataúro, quando a opinião pública internacional começou a manifestar a sua preocupação acerca de Ataúro, exigindo a libertação dos deportados. Mas havia outros campos que o CICV não conhecia: em 1986 alguns deportados de Aileu chegaram a contactar o CICV informando-o da existência de campos em Aileu. O CICV foi ver e pôde constatar por si próprio que se tratava mesmo de campos de concentração.

P. — Há então campos que o CICV descobre acidentalmente?

R. — Sim, é isso. Apesar dos acordos existentes entre o CICV e o Governo Indonésio, os militares fazem todo o possível para impedir ou controlar a acção da Cruz Vermelha. A maioria das acções da Cruz Vermelha Internacional, são de facto, realizadas por indonésios que não têm nenhuma independência face ao seu próprio governo. Há apenas uma enfermeira estrangeira do CICV, permanente em Dili, e a sua liberdade de acção é limitada. Para sair de Dili ela tem, como toda a gente, de obter um salvo-conduto dos serviços secretos (Kopskam). Vi por diversas vezes agentes desses serviços acompanhar os delegados da Cruz Vermelha no mesmo helicóptero.

A descoberta dos campos de deportados de Aileu só foi possível porque esse lugar é próximo de Dili e porque a enfermeira do CICV informada sobre a sua existência, meteu-se, numa manhã de domingo, sem salvo-conduto, no jeep da Cruz Vermelha; a sorte sorriu-lhe: os controlos militares não lhe exigiram esse documento. Uma vez no local, os militares não puderam negar a evidência.

Uma outra vez, estava eu próprio com um funcionário do CICV em Same onde conversámos com o governador da cidade, um timorense escolhido pelos indonésios, que nos perguntou: "então, quando é que os prisioneiros de Laclubar poderão voltar? Espero que eles possam passar o Natal com as suas famílias!" A enfermeira surpreendida, perguntou: "há um campo de prisioneiros em Laclubar?" O governador apercebeu-se do erro que cometera, mas já era demasiado tarde.

P. — Não é então possível fornecer dados exactos sobre o número de presos?

R. — Não, porque os indonésios têm prisões por todo o lado. Por exemplo, onde há um comando da polícia há uma prisão; o mesmo se passa com o comando de "bóinas vermelhas"; também a polícia militar tem a sua prisão, tal como uma unidade de infantaria ou de artilharia; o comando de Distrito, todos têm a sua prisão e os serviços secretos têm as suas...

P. — Os prisioneiros são da resistência, ou membros das suas famílias?

R. — Não todos. Há civis, suspeitos, bêbados — ao mínimo pretexto as pessoas são presas.

P. — Mas o CICV indica nos seus relatórios o número de presos!

R. — Não, o CICV indica apenas o número dos presos que pôde visitar ao abrigo dos acordos com o Governo indonésio. De facto, o CICV apenas pode visitar a prisão de Cipinang em Jacarta e duas prisões em Dili (Comarca e Becora). A Indonésia tira partido desses relatórios da Cruz Vermelha Interna-

cional pois, para todos os que não conhecem a situação, eles dão uma falsa ideia de que número de presos está limitado àqueles a que o CICV faz referência, enquanto que na realidade são apenas uma minoria os que o CICV visita. O mesmo se passa quando um relatório do CICV diz que os deportados puderam voltar às suas aldeias, não se referindo àqueles que não o puderam fazer, nem ao facto de que esses locais para onde eles vão são geralmente aldeias estratégicas. Só muda a forma de detenção, aliás nem sempre para melhor.

P. — O que são essas aldeias estratégicas?

R. — Antes da guerra a população vivia dispersa nas montanhas, com as suas culturas e a sua vida normal. Com a ocupação indonésia e a resistência no mato, os indonésios construiram aldeias estratégicas para reagrupar esta população que se encontrava dispersa. Nesses locais, eles podiam controlar todas as entradas e saídas das pessoas e o seu número, impedindo que elas fornecessem informações à resistência. A consequência é que nessas aldeias estratégicas morre-se de fome porque as terras de cultivo estão reduzidas a um quintal.

P. — Quintais demasiado pequenos?

R. — Sim, e também porque é preciso cultivar sempre as mesmas terras, esgotando-as. Por vezes nem há tempo para cuidar das culturas.

P. — Porquê?

R. — Porque há muitos outros trabalhos obrigatórios. Os mais velhos, por exemplo, devem assegurar a guarda todos os dias, 30 dias por mês. Os mais novos, os mais fortes, apenas asseguram a guarda 15 dias por mês, porque lhes são impostas outras actividades pelos indonésios.

P. — Por exemplo?

R. — Limpar os campos, descarregar camiões militares, controlar as estradas, participar nas operações militares... tudo isto torna a vida nas aldeias ainda mais difícil.

P. — E a vida quotidiana nessas aldeias?

R. — Como já disse, ela é completamente controlada pelos militares.

P. — As escolas?

R. — As crianças vão à escola. Todo o ensino é dado em indonésio e as crianças devem saber falá-lo porque é a língua oficial.

P. — A língua e a cultura timorenses estão ameaçadas?

R. — Sim, eles obrigam, por exemplo, as pessoas a saber o hino nacional indonésio e os cinco princípios do Pancasila; para se obter o salvo-conduto e poder deslocar-se, é preciso saber-se de cor esse princípios. O primeiro deles diz que toda a gente deve professar uma religião reconhecida oficialmente. Os timorenses tinham as suas religiões tradicionais mas, como elas não são reconhecidas oficialmente, eles dizem que nós não temos religião e, portanto, somos comunistas — e eles querem matar os comunistas.

P. — E então?

R. — Os timorenses que eram religiosos, segundo as religiões não reconhecidas, são obrigados a abandoná-las e a aderir a uma das outras religiões. Os indonésios estão a construir mesquitas um pouco por todo o lado. Começam por construí-las e depois tentam atrair as pessoas.

P. — Como?

R. — Aproveitando-se das más condições de vida e oferecendo certas vantagens àqueles que se convertem ao Islão.

P. — Apesar de tudo, é a Igreja Católica que chama a si o maior número de timorenses?

R. — Sim, mas porquê? Em primeiro lugar porque é preciso escolher uma religião; e já que assim é, a maioria prefere a religião católica. É por isso que o número de católicos aumentou tanto.

P. — Como é a vida em Dili?

R. — Quem fôr a Dili por alguns dias fica com a impressão de que tudo corre normalmente. É apenas uma impressão, pois se lá ficar dois meses começará já a ter uma visão mais realista: verá os tanques, os militares, as ruas proibidas assim que há visitas de estrangeiros — e verá que esses estrangeiros estão sempre acompanhados por indonésios, que não falam senão com o Governador, com indonésios e alguns timorenses que com eles colaboram.

P. — Há muitos timorenses que colaboram com os indonésios?

R. — Sim, não há outra hipótese. Para fazer o meu trabalho na Cruz Vermelha eu tinha de fingir que colaborava com eles e dizer mal da resistência.

(Extractos da intervenção de José Guterres na Sub-Comissão dos Direitos do Homem da ONU, em Genebra, em Agosto de 1987).

Tinha treze anos quando as forças militares indonésias invadiram Timor-Leste. No seguimento da invasão fugi para o mato com a Resistência. Mais tarde fui capturado pelas forças indonésias. Fui então enviado para a prisão chamada Comarca, em Dili, em 1980. Aí estive até ser transferido para a ilha de Ataúro em 3 de Setembro. Em Julho de 1984 fui libertado. Comecei a trabalhar com a Cruz Vermelha indonésia em 1985 e nos princípios de 1987 cheguei a Portugal ao abrigo do programa de reunificação de famílias.

Durante 12 anos assisti pessoalmente a um grande número de execuções arbitrárias, aprisionamentos e tortura, mostrando um desprezo sistemático pelos mais elementares direitos civis e políticos dos timorenses.

Em 1978-1979 as forças armadas indonésias levaram a cabo uma grande ofensiva contra a resistência timorense e a população civil.

Uma parte da minha família estava comigo no mato. Estávamos todos concentrados na mesma área e foram lançadas bombas incendiárias contra nós. Eu consegui fugir mas o meu irmão foi morto num combate. Uma das minhas irmãs desapareceu durante um intenso bombardeamento e nem eu nem a minha família a voltámos a ver.

Em 1980 fui preso pelas tropas indonésias e sujeito a interrogatórios e a tortura. Cada soldado indonésio usava o seu próprio método de tortura para me obrigar a confessar os meus *"crimes"*. Diferentes métodos de tortura foram usados:

Fui espancado à coronhada e com paus.

Fui amarrado de pés e mãos e mergulhado de cabeça, pendurado pelos pés, num tanque de água. Ao fim de cerca de dois minutos era içado e interrogado. Enquanto não confessasse repetiam a operação. Logo que confessava, no meu estado de afogamento, eram-me feitas mais perguntas e a tortura recomeçava de novo.

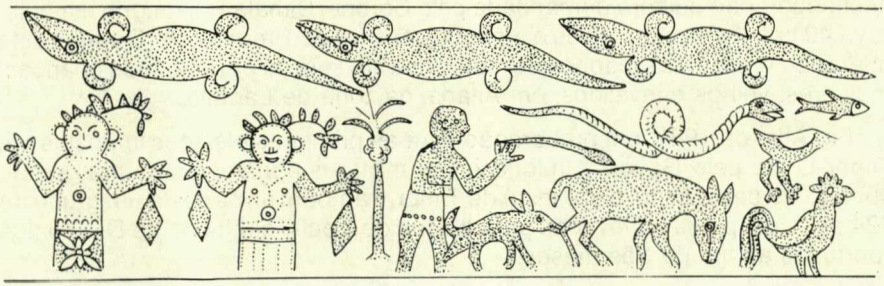
Fui amarrado e duas pequemas espécies de crocodilos *(buana kecil)* foram atados ao meu corpo. Quando puxavam a cauda dos animais, eles arranhavam-me e mordiam-me, cravando as unhas e os dentes na minha carne. Durante este tempo continuavam a fazer-me perguntas.

Vi também os meus amigos serem torturados. Vi-os serem sujeitos a choques eléctricos, espancados com varas de ferro e de madeira, os dedos dos pés colocados por debaixo da perna de uma mesa com soldados e oficiais sentados em cima do tampo, vi-os serem queimados com pontas de cigarros, nas orelhas e nos órgãos sexuais. Foram também pontapeados no peito.

Mais tarde fui levado para a ilha de Ataúro com os meus amigos, e lá fiquei durante quatro anos. Não podia falar com os estrangeiros que eram trazidos nos helicópteros militares. Durante a visita de uma delegação australiana, eu e um companheiro de prisão fomos brutalmente espancados e ameaçados de morte porque ousámos falar com eles. O mesmo aconteceu quando jornalistas portugueses visitaram a ilha de Ataúro; depois do seu regresso, quatro do meus companheiros foram torturados e enviados para a prisão da Comarca.

Existem muitas outras prisões em Dili, Aileu e outras partes do território, com pequenos grupos de prisioneiros. Eu próprio entrei numa dessas prisões, sem conhecimento dos militares, e vi 6 prisioneiros com as caras inchadas e outros sinais de maus tratos.

Estou profundamente preocupado com o destino dos meus amigos que ainda estão em Timor-Leste. Testemunhei pessoalmente e eu próprio fui vítima das mais brutais violações dos direitos humanos, resultantes dos esforços do governo indonésio para consolidar a sua dominação colonial sobre Timor-Leste e acredito que até os desejos genuínos do povo de Timor-Leste serem respeitados, o sofrimento continuará.



Cristiano Costa

Cristiano Costa é uma das raras pessoas que conseguiu fugir clandestinamente de Timor-Leste, passando por Java.
(Testemunho pronunciado na Comissão dos Direitos Humanos, em Fevereiro de 1988).

Sou um timorense que conseguiu fugir de Timor-Leste, abandonando a minha terra e os meus parentes para dar o meu testemunho sobre as violações dos Direitos Humanos perpetradas pelos militares indonésios em Timor-Leste. Fugi de Timor em Outubro de 1987 e, passando pela Indonésia, cheguei a Macau em 31 de Dezembro de 1987.

As forças indonésias invadiram a cidade de Dili no dia 7 de Dezembro de 1975 e três dias depois invadiram a minha cidade natal, Baucau. Nesse mesmo dia, vi pára-quedistas indonésios torturarem e executarem timorenses depois de os capturarem. Outros foram enviados para as prisões de Baucau. Flamboyant, e RTP (antiga base de uma das companhias do exército português). Tinha então 15 anos. Face a este ambiente de terror fugi para o mato, para as áreas controladas pelos resistentes timorenses.

Em 1979 um dos meus irmãos foi morto pelos militares indonésios, e eu fui capturado pelas forças indonésias em Ostiko, região de Baucau, e fiquei detido até 1980 na base militar de Baucau.

Em 1981, na operação levada a cabo pelas forças militares indonésias denominada 'Operasi Pagar-Kikis I', fui obrigado pelos militares a participar nesta operação que era comandada pelo Coronel Sahala Rajaguguh e mobilizava 40 batalhões indonésios e a população civil de Timor-Leste. Durante esta operação vi as forças indonésias massacrarem sem dó nem piedade crianças, mulheres, velhos e inválidos, em Aitana, na zona de Lacluta.

Em Abril de 1982, em preparação para as primeiras eleições impostas em Timor-Leste pelo Governo indonésio, os militares aprisionaram uma grande número de pessoas da parte leste de Timor. Também fiz parte de um grupo de 324 pessoas presas e levadas para a zona de Taci-Tolu, perto de Dili. Fomos libertados ao fim de três meses.

Em 1983, após o cessar-fogo entre a guerrilha e as forças militares indonésias, verificou-se uma nova vaga de massacres e aprisionamentos de pessoas suspeitas de simpatia com a Fretilin nas vilas ocupadas, em todo o território. Para não falar de outros casos de massacres, cito apenas o massacre já conhecido de Krarás, onde uma povoação de mais de 2.000 pessoas foi quase totalmente exterminada.

Foi na sequência destes acontecimentos que fui novamente preso em 28 de Agosto de 1983, em Baucau, suspeito de colaborar com a Fretilin. Fui submetido a interrogatórios e à tortura. Durante duas semanas, em Baucau e em Dili, sofri choques eléctricos, espancamentos, queimaduras e partiram-me os dentes. Ainda me lembro do nome do oficial indonésio de Baucau encarregado da tortura e dos interrogatórios: era o capitão A. Haryanto.

Em 2 de Setembro amarraram-me, juntamente com 20 prisioneiros entre os quais se encontrava outro dos meus irmãos, e enviaram-nos para a prisão Comarca de Dili. Também foram presos em Baucau alguns colegas meus, Adolfo Fraga, António Espírito Santo, Benjamim Guterres, Isidoro Ximenes e Carlos Alves, que depois desapareceram.

Na prisão Comarca de Dili não tínhamos autorização de receber visitas dos familiares, não recebíamos uma alimentação normal nem assistência médica. As nossas condições só melhoravam na véspera das visitas da Cruz Vermelha Internacional ou de visitantes estrangeiros mas, após a sua partida, as más condições continuavam (...)

Os prisioneiros políticos que não eram presos políticos mas de delito comum, muito mais saudáveis e privilegiados do que nós, eram os escolhidos para serem filmados ou entrevistados. Quando no dia 4 de Setembro de 1984, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Mochtar Kusumaatmadja, e o Governador de Timor, engenheiro Mário Carrascalão, visitaram a prisão, foram estes presos de delito comum que foram filmados e entrevistados.

Muitos prisoneiros políticos eram obrigados a assinar falsas confissões que eram em seguida utilizadas para encenar simulacros de julgamentos. Duas advogadas indonésias de Kupang eram designadas pelo tribunal para defender os réus mas não tinham contacto com os prisioneiros. De facto, as advogadas trabalhavam com a acusação e o juiz para elaborar as condenações e atribuir as penas que já tinham sido decididas pelos militares. Eu próprio e 49 outros recusámos assinar essas confissões falsas e por isso nunca fomos julgados. Em 27 de Abril de 1985, depois de 20 meses de prisão, aqueles que tínhamos recusado colaborar com estes julgamentos fomos libertados. Fomos

então obrigados a apresentar-nos todas as semanas no comando militar indonésio.

Mais tarde, regressado a Baucau, vi no dia 17 de Agosto de 1987 muitas pessoas capturadas pelos militares indonésios em represália aos ataques dos guerrilheiros a Laisoro-Lai (Quelicai) e Seiçal (Baucau). Estas pessoas foram interrogadas e torturadas pelos Boinas-Vermelhas, à meia-noite no Hotel Flamboyant, em Baucau. Os mais suspeitos foram enviados para Dili e permaneceram nas prisões dos Boinas-Vermelhas.

Anselmo Aparício

Anselmo Aparício era aluno do seminário o que lhe valeu uma certa protecção.
(Testemunho pronunciado na Subcomissão dos Direitos Humanos em Genebra, em Agosto de 1988).

Sou timorense. Saí de Timor-Leste este ano. Tive de deixar a minha terra e os meus pais. Sentia que já não podia suportar viver lá. O nosso povo está a ser dizimado enquanto o mundo permanece em silêncio.

Tinha 12 anos quando em 1975 os militares indonésios invadiram Timor-Leste, primeiro a capital Dili, e três dias mais tarde a minha cidade natal Baucau.

Desde o início da invasão tenho presenciado inúmeras violações dos direitos fundamentais do homem, praticadas pelos militares indonésios. Neste campo das violações não sou um caso que mereça uma atenção particular: aluno do seminário católico de Dili durante vários anos, gozei mesmo de uma certa protecção. Mas em Timor-Leste essas violações graves fazem parte da nossa vida quotidiana. Não posso aqui expor tudo o que eu próprio vi e vivi porque o tempo seria demasiado curto para o fazer.

A maior parte da população de Baucau fugiu para as montanhas na altura da invasão e foi perseguida e bombardeada pela aviação, artilharia pesada e outros meios militares de modo a forçar a população a entregar-se.

Quando tinha 15 anos as forças armadas indonésias lançaram uma grande ofensiva contra a resistência, matando e capturando grande parte da população civil timorense que se tinha refugiado nas montanhas. Três primos meus que foram capturados foram depois utilizados como carregadores do exército e mais tarde dois deles, Júlio e Acácio, foram executados pelos soldados. Para não ser executado, um outro meu parente, Adelino, teve de pagar uma grande quantia em ouro; outro timorense, Agostinho Pinto, foi executado com a esposa em Ainaro.

Tinha então 16 anos, encontrava-me no clube de Baucau junto de uma religiosa missionária italiana, assistindo dois homens feridos, de Quelicai, quando militares indonésios, pelo simples facto de esses homens aparentarem

boa constituição física, suspeitaram que fossem guerrilheiros. Foram apedrejados até à morte à minha vista e de algumas religiosas por militares indonésios dos Batalhões 315 e 731.

Assisti à prisão de muitos timorenses, entre outros o meu amigo Cristiano Costa. Todos foram torturados durante os interrogatórios. Cristiano esteve aqui presente, por ocasião da última sessão da Comissão dos Direitos Humanos (...)

Em 1979, quando uma delegação estrangeira passou por Baucau, os blindados indonésios foram levados para Nu-Bere para lá serem escondidos. Como carregador (TBO) do Batalhão ARMED-7 tive de cortar muitas bananeiras da população de Nu-Bere para camuflar esses tanques.

Em 1981, todos os timorenses válidos, dos 12 aos 55 anos, foram mobilizados pelos militares indonésios para uma operação chamada 'Operasi Sapu Bersih' contra a resistência. Os meus familiares mais próximos não escaparam a esta mobilização forçada — eu tive a sorte de não participar porque tinha começado a estudar no seminário. Os meus familiares mobilizados foram obrigados a servir de escudos para proteger os soldados indonésios.

Em 1982, durante as férias escolares, consegui uma autorização militar — o 'surat jalan' obrigatório para todos os timorenses nas suas deslocações — para visitar a minha família em Baucau. Tendo adoecido na viagem fiquei, pelo caminho, em Manatuto. Por não ter apresentado a minha guia de marcha aos militares dentro dos prazos previstos, fui aprisionado e brutalmente espancado por um sargento indonésio do comando do distrito de Manatuto. Só fui libertado após a intervenção de um religioso.

Já em 1978, por ter defendido a religião católica que professo, fui espancado diante da minha mãe por fuzileiros navais: tinha então 15 anos.

Durante as eleições gerais indonésias de 1982, um dos meus colegas do seminário e eu próprio, fomos levados de noite por agentes dos serviços secretos e fomos interrogados e ameaçados porque não tínhamos ido votar. Na véspera das eleições tinha visto militares indonésios darem instruções aos timorenses para votarem obrigatoriamente no Golkar, o partido dominante na Indonésia.

Em 1983 fui autorizado a visitar alguns parentes detidos na prisão Comarca de Dili. Vi prisioneiros com sinais de maus tratos e de tortura. Entre eles reconheci, nomeadamente, Caetano Guterres, David Dias Ximenes, o sargento Januário Ximenes, Francisco Carvalho, Agapito e outros que estão hoje detidos na prisão central de Cipinang, em Jacarta.

Os meus colegas João Mau Leça, Espírito Santo, António Isidoro, Pedro de Tirilolo, Norberto de Dare, Tunilo de Dili, Benjamim Guterres de Venilale, desapareceram simplesmente depois de terem sido detidos pelos militares indonésios.

Ainda em 1983, a minha escola foi visitada por uma equipa da RTP. A equipa estava constantemente rodeada de agentes secretos indonésios que notaram as nossas tentativas de nos aproximarmos dela. De regresso ao seminário recebi ameaças e insultos desses agentes.

Durante esta visita o material de guerra da cidade de Dili foi escondido para não ser filmado pela equipa de televisão. Aliás é uma constante, durante as raras visitas de delegações e jornalistas estrangeiros, impedir a circulação nas ruas que conduzem aos quartéis militares e ao cemitério militar.

Em 24 de Maio de 1987 fui obrigado por elementos da Polícia Militar indonésia a olhar o sol de frente, a fazer flexões e saltos de cangurú, e finalmente mergulharam-me num tanque cheio de excrementos humanos e de animais. Tudo isto porque, acidentalmente, passei em frente do cemitério militar, caminho que utilizava todos os dias para ir à escola, mas que naquela altura estava bloqueado por causa do enterro de soldados indonésios mortos em combate contra a resistência. Outros timorenses, entre os quais alguns motoristas de táxi, sofreram as mesmas vexações ao mesmo tempo que eu.

No mês de Dezembro de 1987, um dos meus amigos, Domingos Castro, ex-professor, foi levado pela polícia indonésia e desapareceu desde então.

Em Janeiro de 1988 fiz de novo a viagem de Dili a Baucau, depois de obter a guia de marcha do comando indonésio. Chegado ao posto de controlo militar de Metinaro, ainda nos arredores de Dili, fui espancado a pontapés e à coronhada por não ter cumprimentado os militares ali destacados. Como me preparava para protestar eles ameaçaram enforcar-me; um militar timorense

que estava presente fez-me sinal que a ameaça era a sério.

Durante os últimos meses passados em Dili ensinei no Externato de S. José, uma escola da diocese, a única que ensina o português. Esta escola é vítima de constantes perseguições dos serviços secretos indonésios que a acusam de fazer política contra o Governo. Os alunos e professores são estreitamente vigiados pelos agentes secretos, alguns foram presos e desapareceram. Em Dezembro de 1987 e Janeiro de 1988 um dos meus alunos foi preso e outros, até os padres Leão da Costa e Cunha, foram acusados de ter distribuído panfletos anti-indonésios na capital, e foram submetidos a interrogatórios.

No dia em que deixei Dili, foi enterrado Arnaldo Araújo, que tinha sido o primeiro Governador de Timor-Leste nomeado pelos ocupantes. Há escassos dois meses, em Junho morreu João Martins, ex-responsável dos Serviços indonésios de Educação e Serviço Social. Em 1986, considerados suspeitos pelos ocupantes, ambos tinham sido detidos e submetidos a interrogatórios. Nos últimos tempos, João Martins era professor do Externato S. José. Morreu no decurso de uma festa para a qual, curiosamente, tinha sido convidado pelas autoridades indonésias. A sua morte tal como a de Arnaldo Araújo, é atribuída a envenenamento.

Nós relacionamos estas mortes suspeitas, de personalidades timorenses conhecidas, com os incidentes inexplicados que provocaram a morte de estudantes timorenses na Indonésia.

Senhor Presidente,

Eu cresci num meio onde os direitos do homem não são respeitados, onde reina o terror, onde a presença militar indonésia impõe uma submissão total. Tendo crescido neste meio, cheguei a pensar que o poder das armas era rei em toda a parte. É com surpresa e satisfação que, uma vez saído de Timor-Leste, constato que a liberdade de expressão, de associação, de movimento, a liberdade cultural, e mesmo a liberdade de protestar existem... Por que é que o meu povo não tem esse direito do qual gozam outros povos?

João Maria dos Reis

João Maria dos Reis é um antigo funcionário da administração portuguesa. Até à sua saída de Timor-Leste em Outubro de 1988, era funcionário do Departamento de Informação do Governo indonésio. *(Testemunho pronunciado em Fevereiro de 1989, na Comissão de Direitos Humanos da ONU, em Genebra)*

Olhando para a situação geral existente em Timor-Leste desde a invasão da minha terra pelos militares indonésios, posso considerar que vivi em condições relativamente privilegiadas:

- primeiro, porque fiquei em Dili e me entreguei aos invasores logo no acto da invasão, enquanto a maior parte dos meus conterrâneos se refugiava e resistia nas montanhas;
- segundo, porque fui integrado no funcionalismo público da Indonésia.

Apesar disso escolhi abandonar a minha terra por não me sentir bem sob a ocupação estrangeira e para escapar a perseguições de que nenhum timorense está ao abrigo. Saí também porque queria testemunhar perante a opinião pública internacional o sofrimento do nosso povo oprimido e torturado porque continua a reclamar a sua liberdade e a lutar pelo seu direito à independência.

Presenciei, Senhor Presidente, inúmeras violações dos direitos humanos praticadas pelos militares indonésios. Não podendo referi-las todas, citarei as que me tocaram mais de perto:

- Logo no dia seguinte à chegada das tropas indonésias a Dili, no dia 8 de Dezembro de 1975, fui com um grupo de conterrâneos apresentar-me ao comando da forças invasoras. No caminho fomos controlados por uma secção militar que, reconhecendo um de nós numa fotografia duma manifestação da Fretilin, levou-o para a praia de Sota, onde o mataram com rajadas de armas automáticas.
- Três dias depois, em 11 de Dezembro, fui preso. Torturaram-me com choques eléctricos: ligaram-me os dedos polegares e colocavam entre os dedos fios ligados à electricidade ou, outras vezes, às baterias dos telefones manuais.
- Em 8 de Outubro de 1976 fui novamente preso, levaram-me para o edifício de Sang-Tai-Hoo e torturaram-me só porque não conseguiam pôr em funcionamento um projector de filmes de 8 mm que tinham

encontrado em minha casa. Obrigaram-me a pô-lo em funcionamento e, a seguir, projectaram filmes pornográficos, obrigando 3 prisioneiras, uma rapariga nova e duas senhoras, a assistir à projecção. Violaram-nas e abusaram delas durante todo o dia.

- Em 1978, o meu cunhado Juvenal Inácio, membro da Fretilin, foi capturado e levado para Dili. O vice-comandante dos Serviços Secretos, um tenente-coronel chamado Bambang, autorizou mulher e as duas filhas a visitá-lo. Quando iam visitá-lo pela 3.ª vez não puderam vê-lo porque estava a ser interrogado pelo então Ministro da Defesa, general Yusuf. No dia seguinte foram avisados de que o Juvenal tinha sido levado e até hoje continua desaparecido.

- Em 13 de Dezembro de 1980 fui preso e torturado pela 3.ª vez sob a acusação falsa de ter participado no ataque e destruição do edíficio da televisão em Dili. Torturaram-me com choques eléctricos e queimaduras de cigarros porque não confessava uma coisa que não tinha feito, e porque recusava fazer as falsas acusações que me pediam contra o Administrador do Concelho de Dili, Mário Sanches da Costa, e o Vice-Governador de Timor-Leste, Francisco Lopes da Cruz, ambos nomeados para estas funções pelos ocupantes.

- Tendo de abreviar, relatarei ainda um caso recente: em 9 de Julho de 1988 três estudantes de Cribas, um dos quais era meu primo Domingos Alves, foram obrigados pelos Boinas Vermelhas a ir para o mato para tentar contactar a Resistência. Levavam com eles um documento que deveria servir de justificação se fossem interceptados por qualquer Batalhão indonésio. Logo no primeiro dia foram encontrados pelo Batalhão 125 que, sem fazer caso do dito documento, prendeu os 3 jovens e, separando Domingos dos 2 outros, começou a torturá-lo à facada. Ouvindo o Domingos gritar os dois outros tentaram fugir: um foi alvejado a tiro e o segundo conseguiu chegar à aldeia onde informou os familiares. O pai do Domingos protestou junto dos Boinas Vermelhas mas só ao fim de 3 dias obteve autorização para ir ao local onde encontrou o corpo do filho com a cabeça separada do tronco e com os órgãos sexuais cortados e colocados na boca. De volta à aldeia recebeu ordens para não divulgar o sucedido. Foi um indonésio que me informou do caso que confirmei depois junto de familiares.

Queria também, Senhor Presidente, falar um pouco sobre a liberdade de deslocações e visitas:

- Comecei a planear a minha saída de Timor-Leste em 1984, quando a minha irmã e suas filhas conseguiram sair ao abrigo do programa da Cruz Vermelha Internacional para se juntar aos meus pais na Austrália. Como era esposa de Juvenal Inácio, cujo desaparecimento acima contei, tive de pagar 2.500.00 rupias (US$1500) para obter um documento afirmando que ela não estava envolvida em actividades subversivas.

- Aos poucos comecei a ganhar a simpatia dos Serviços Secretos. Em 1986 fui convidado a pedir uma autorização para visitar a minha família na Austrália. Fui o primeiro timorense de origem autorizado a visitar familiares no exterior. A minha ida à Austrália devia servir a propaganda indonésia, mas a minha mulher e um amigo tiveram de assinar um documento responsabilizando-os caso não regressasse.

- Em 1988 consegui uma autorização para a minha mulher e os nossos 5 filhos visitarem os familiares na Austrália. Fui eu desta vez a ter de assinar a declaração de responsabilidade caso não regressassem. Não podia sair do bairro sem autorização mas, invocando razões de serviço, consegui uma autorização. Fui para Kupang no Timor indonésio e daí para Jacarta. Em Jacarta consegui comprar por 9 milhões de rupias uma autorização dos Serviços Secretos (BAIS) para abandonar a Indonésia, e passaportes para mim e uma cunhada. Familiares nossos, incluindo a minha mulher, só souberam da nossa fuga depois de estarmos fora da Indonésia.

Senhor Presidente, se tivesse tempo poderia falar das visitas a Timor-Leste organizadas pelos Serviços Secretos e pelo Departamento de Informação onde trabalhava, serviço chefiado por um timorense mas constituído a 95% por funcionários vindos da Indonésia. Eles escolhem os locais a visitar e as pessoas que poderão falar com os visitantes. A população só pode gritar *"viva a Indonésia"* e *"queremos a integração"*; mas o tempo que me é concedido não me permite desenvolver este ponto.

Ilustres membros desta Comissão dos Direitos Humanos, suplico-vos, e aos Governos que representam, que analisem com a maior atenção esta situação de repressão generalizada que afecta Timor-Leste há mais de 13 anos.

António Maria Araújo

Enfermeiro no tempo da colonização portuguesa, António Maria Araújo só conseguiu sair de Timor-Leste em 1989.
(Testemunho pronunciado na Subcomisão dos Direitos Humanos da ONU, em Genebra, em Agosto de 1989).

A minha presença aqui é um esforço suplementar de um timorense para romper a barreira que isola Timor-Leste e o silêncio que rodeia o drama que vivemos há 14 anos.

Valerá a pena voltar atrás para descrever a maneira como as Forças Armadas indonésias, como eles dizem, nos vieram "libertar"?
Valerá a pena descrever as circunstâncias em que foi feita a nossa escolha de integração de Timor na Indonésia, segundo os indonésios?

Se o faço, muito brevemente, é porque espero que da multiplicação dos nossos testemunhos, ressaltará mais claramente a natureza da intervenção indonésia no nosso país.

Era enfermeiro em 1975. Três semanas após a invasão fui convocado para trabalhar numa secção de radiologia do hospital civil de Dili agora ocupado pelos militares. Os doentes do hospital, civis timorenses, foram transportados e colocados em alguns quartos de um Centro Clínico fora do hospital. Trabalhei no hospital militar até Novembro de 1976. Durante este período de 11 meses, fui interpelado e submetido a interrogatório 3 vezes, e de cada vez fui espancado durante os interrogatórios. À terceira vez fui torturado com choques eléctricos, por um médico dos Boinas-Vermelhas, na antiga casa de Joaquim Babo em Colmera.

Em 8 de Novembro de 1976, fui de novo preso pelo capitão Tarigan. Estive aprisionado no Comando da Polícia Militar, depois na prisão da Comarca, onde estive preso 29 meses.
Os horrrores de que fui testemunha são indescritíveis. Os métodos de tortura física e moral eram os mais variados e os torcionários rivalizavam em zelo entre si. Lembro-me daquele intervalo entre as torturas, entre uma refeição magra de arroz e água, durante a qual os carrascos, entusiasmados com as invenções, se glorificavam dos seus actos e recebiam elogios do comandante que anotava num caderno as suas descobertas.

Após a minha saída da prisão, fui nomeado chefe do secretariado dos Serviços de Saúde. Mas em Junho de 1980, depois dos timorenses terem atacado os emissores de rádio e televisão, e os depósitos de munições indonésios em Dili, fui de novo detido e preso durante 48 horas no Mes Korem com muitos outros. Fui de novo testemunha de cenas de sadismo que revelam a que nível de baixeza podem descer os homens, quando se empenham em acções que não têm justificação moral, como foi o caso da invasão do meu país.

Não vou descrever aqui as cenas abjectas, onde se misturam torturas, violações sexuais e sodomia, mas ficarão gravadas na minha memória e na de muitos concidadãos.

Mesmo que não houvesse outras razões, esta seria suficiente porque, mau grado os vocábulos que os indonésios nos obrigam a utilizar quando nos dirigimos a eles, como "Bapak" que significa "Pai", os nossos sentimentos em relação a eles, são bem diferentes.

Expulso da função pública após a minha saída da prisão, trabalhei no secretariado do Externato de S. José, a única escola da diocese que pode guardar uma certa autonomia face à Indonésia. Como enfermeiro, pertenci à função pública da administração colonial portuguesa.

Em 1979, inscrevi-me nas listas da Cruz Vermelha Internacional para sair de Timor, coisa que só pude fazer este ano, após 10 anos de espera.

As prisões e torturas continuam. Certamente já ouviram falar da vaga de prisões de Outubro-Novembro de 1988, que preparavam e seguiram a visita do presidente indonésio a Dili.

A abertura de Timor-Leste a partir do dia 1 de Janeiro de 1989, prometida e largamente publicitada, teve poucos efeitos; alguns turistas puderam entrar, mas não os representantes de organizações humanitárias como a Amnistia Internacional. A liberdade de circulação dos timorenses é muito limitada: timorenses de Dili que pretendiam deslocar-se a Manatuto, a 50 km de Dili na principal estrada de Timor para Bacau, não o puderam fazer porque não tinham o 'Surat Jalan' (salvo-conduto).

Em Abril um grupo de funcionários dos Serviços de Educação que tentaram visitar Baucau, não só foram impedidos como sofreram ofensas corporais.

Cada nova visita a Timor-Leste é precedida de novas prisões. É o caso, neste momento da possível visita do Papa. "As prisões são efectuadas para a segurança do Papa", afirma o coronel Bimo, chefe dos Serviços Secretos do Comando Operacional de Timor-Leste. Trata-se de eliminar os "indesejáveis" e criar "um ambiente de medo", afirma pela sua parte o bispo católico local.

A Igreja católica é ela própria vítima da repressão. Os padres são convocados ao Comando Militar para prestarem contas sobre as suas homilias. O grupo de escuteiros católicos, do qual eu era dirigente, foi proibido de utilizar as suas insígnias na cerimónia de consagração do nosso bispo.

Algumas das pessoas que tinham sido presas em Outubro-Novembro foram libertadas com a condição de espiarem os padres e o pessoal das paróquias; isto significa que elas deveriam necessariamente, para evitar serem acusadas de não quererem colaborar, levantar acusações contra pessoas que estão encarregadas de controlar e vigiar, e mesmo inventar, se não tiverem nada para dizer.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores,

Aqui está o que em tão pouco tempo vos posso dizer.

Suplico-vos, em nome da justiça e dos princípios que orientam esta Comissão, independentemente dos interesses dos Governos, regimes políticos e orientações ideológicas, que tenham em consideração esta repressão generalizada que se prolonga em Timor-Leste há já 14 anos e que tende a perpetuar-se.

O vosso silêncio ou indiferença contribuirão para a exterminação física, cultural e moral de um pequeno povo, simplesmente porque ele pretende exigir aquilo a que tem direito: a sua liberdade e independência.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores,

Agradeço-vos terem-me dado esta oportunidade de falar e a atenção com que me ouviram.

Carta de D. Ximenes Belo ao Secretário Geral da ONU

Tomo a liberdade de escrever a Sua Excelência o Senhor Secretário Geral para levar ao seu conhecimento que o processo de descolonização de Timor Português ainda não está resolvido pelas Nações Unidas e convém não deixá-lo no esquecimento.

Para nós, o povo de Timor, pensamos que temos de ser consultados sobre o destino da nossa terra. Por isso como responsável da Igreja Católica, e como cidadão de Timor, venho pedir ao Senhor Secretário Geral, para iniciar em Timor o processo de descolonização mais normal e democrático que é a realização de um REFERENDUM. O povo de Timor tem de ser ouvido através de um plebiscito quanto ao seu futuro. Até agora, o povo ainda não foi consultado. São os outros que falam em nome do povo. É a Indonésia que diz que o povo de Timor Timur já escolheu a integração, mas o próprio povo de Timor nunca disse isso. Portugal quer deixar ao tempo a resolução deste problema. E nós vamos morrendo como povo e como nação.

O Senhor Secretário Geral é democrata e amigo dos direitos humanos. Pois Sua Excelência que demonstre com factos o respeito pelo espírito e letra da Carta das Nações Unidas que concede a todos os povos deste Planeta o direito de escolherem o próprio destino, livre, consciente e responsavelmente. Excelência: não há modo mais democrático de saber a vontade suprema do povo timorense, a não ser a realização de um REFERENDUM promovido pelas Nações Unidas para o povo de Timor.

Agradecendo ao Senhor Perez de Cuellar toda a simpatia para com o povo de Timor, termino renovando os meus cumprimentos.

Com votos de admiração e respeito,

Quando foi tornada pública, em Abril de 1989, a iniciativa de Monsenhor Belo foi alvo de críticas por parte dos militares e das autoridades civis indonésias que se empenharam em negar-lhe qualquer representatividade, afirmando pelo contrário que a carta do bispo só representava a sua opinião pessoal.

No entanto, entre a população timorense, a carta foi recebida com muito entusiasmo. A sua referência directa aos princípios fundamentais e o tom utilizado, claramente acima de tomadas de posição partidárias, parecem ter conquistado a grande maioria da população. É o próprio D. Ximenes Belo quem, seguidamente, sublinhou que este documento não pretendia tomar partido, não se pronunciava nem a favor nem contra a independência, a integração na Indonésia ou a associação com Portugal. A sua intenção era apenas afirmar claramente que o povo timorense tem o direito de ser consultado sobre o seu próprio futuro político. Nenhuma outra solução poderá resolver o trágico conflito do território.

O bispo japonês, Mons. Aloisius Soma, Presidente da Comissão Católica Justiça e Paz do Japão, escreveu às Igrejas da Ásia convidando-as a manifestar o seu apoio ao apelo de Mons. Belo. Mais de 1.300 cristãos, entre os quais 118 bispos e 5 cardeais da região Ásia-Pacífico, escreveram nesse sentido ao Secretário Geral da ONU, tendo as cartas sido apresentadas nas Nações Unidas pelo bispo Aloisius Soma, em Agosto de 1989. No início de 1990, Mons. Belo não recebera ainda resposta directa à sua carta.